

## FISC NORDESTE - PANORAMA DO ESTADO DE ALAGOAS

### Aspectos Gerais

A população em domicílio com água encanada no Estado de Alagoas (77,6 %, em 2010) é inferior à registrada no Nordeste (84,3 %). A taxa de analfabetismo nesse estado para população acima de 18 anos (26,1) também está em situação mais desfavorável que a taxa da Região Nordeste (20,4) e da registrada nacionalmente (10,2).

No período entre os anos de 2009 e 2012, o crescimento nominal do PIB alagoano (39,1%) superou o crescimento do PIB nordestino (36,1%) e do PIB nacional (35,6%). No entanto, a Renda per Capita do Estado de Alagoas está abaixo da Renda per Capita do Nordeste, conforme Figura 1, e equivale a cerca de 55 % da Renda per Capita Brasil.

Figura 1. Renda per Capita (em R\$): Alagoas, Nordeste e Brasil, referente a 2010

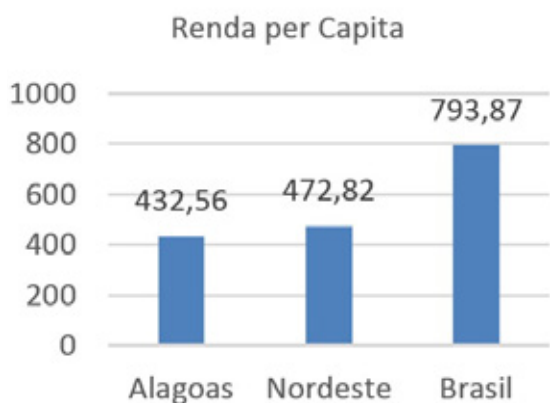
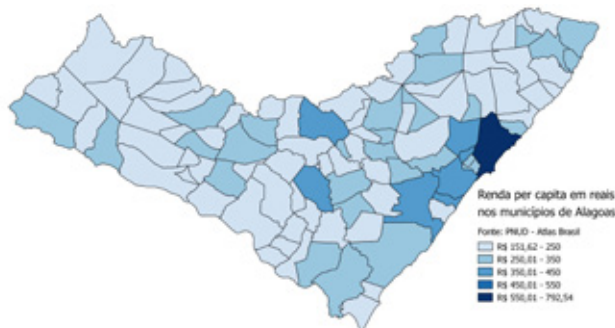


Figura 2: Renda per Capita (em R\$) referente aos municípios de Alagoas. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Atlas Brasil 2013 ([www.atlasbrasil.org.br/2013](http://www.atlasbrasil.org.br/2013)).



O quadro de desigualdades existentes entre as Renda per Capita apresentadas para o estado e a Renda per Capita Brasil, conforme Figura 2, é replicado dentro do próprio estado, com concentração de renda na capital, Maceió (município mais escuro na figura).

### Perfil de Recursos Públicos Federais Destinados ao Estado de Alagoas

Na Tabela 1, são apresentados os volumes de transferências obrigatórias e transferências discricionárias oriundas da União destinadas ao Estado e aos municípios de Alagoas, bem como o volume de operações de crédito registradas nesse estado. Para fins de comparações, também se registram os volumes equivalentes destinados e registrados tanto na Região Nordeste quanto o volume total Brasil.

Tabela 1: Volumes de transferências obrigatórias e discricionárias oriundas da União destinadas ao Estado e aos municípios de Alagoas, ao Nordeste e a ao conjunto de todos os estados e municípios do Brasil; e volume de operações de crédito registradas (valor nominal, cumulativo 2000 a 2014); bem como, para efeitos de comparação, população em 2014

	Alagoas	Nordeste	Brasil
Transferências obrigatórias	R\$ 44,2 bilhões (2,5 % Brasil)	R\$ 631,76 bilhões (35,2 % Brasil)	R\$ 1.793,7 bilhões
Transferências discricionárias	R\$ 5,1 bilhões (3,71 % Brasil)	R\$ 52,20 bilhões (37,6 % Brasil)	R\$ 138,77 bilhões
Operações de crédito	R\$ 15,8 bilhões (0,8% Brasil)	R\$ 360,34 bilhões (17,3 % Brasil)	R\$ 2.083,18 bilhões
População	3,3 milhões (1,64% Brasil)	56,19 milhões (27,7 % Brasil)	202,77 milhões

Fonte: Dados extraídos de bases de dados utilizadas no TC 011.432/2015-2

No que se refere aos valores per capita dessas transferências e operações, a Figura 3 ilustra sua evolução entre os anos de 2002 e 2014 (ano base 2014).

Figura 3: Evolução de transferências e operações de crédito (2002 e 2014)

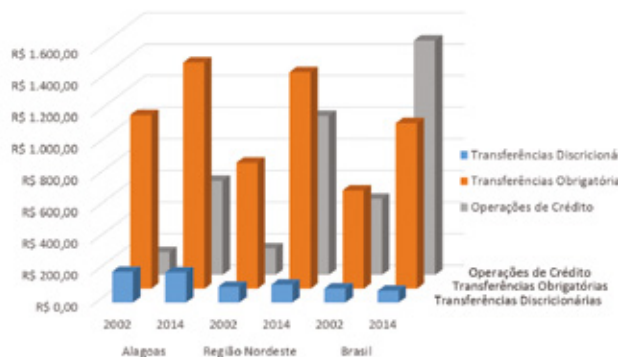


Figura 3. Evolução dos volumes de transferências obrigatórias e discricionárias per capita oriundas da União destinadas ao Estado e aos municípios de Alagoas, ao Nordeste e a ao conjunto de todos os estados e municípios do Brasil; e volume de operações de crédito registradas per capita (valores base 2014). Fonte: Dados extraídos de bases de dados utilizadas no TC 011.432/2015-2

No período considerado, pode-se observar, em que pese as transferências discricionárias per capita, em termos reais, destinadas à Região Nordeste terem se elevado em mais de 12 %, as transferências destinadas ao Estado de Alagoas se reduziram (-2%), porém ainda em patamar bem inferior à redução ocorrida em nível nacional (alcançou -17%).

Quanto às transferências obrigatórias per capita, em termos reais, elevaram-se em 30 % no Estado de Alagoas se considerados os anos de 2002 e 2014, enquanto na Região Nordeste e no Brasil o aumento foi da ordem de 70 %.

Destaque-se, também, o significativo aumento real no nível de operações de crédito per capita registradas no período. Em que pese serem menores que os valores nacionais, as operações de crédito registraram crescimento mais agressivo na região (multiplicou por 6) e no Estado de Alagoas (multiplicou por 4), enquanto no cenário nacional triplicou.

## DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE ALAGOAS

O quadro a seguir apresenta os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU nos quais se concentram os desafios fundamentais da Região Nordeste e do Estado de Alagoas, priorizados por metodologia de seleção de risco aplicada pelo TCU nos trabalhos do Fisc Nordeste.

### NORDESTE

- ODS 9** Inovação e Infraestrutura
- ODS 16** Paz e Justiça e Instituições Eficazes
- ODS 8** Empregos Dignos e Crescimento Econômico
- ODS 11** Cidades e Comunidades Sustentáveis
- ODS 4** Educação de Qualidade
- ODS 6** Água Limpa e Saneamento
- ODS 3** Saúde de Qualidade

### ALAGOAS

- ODS 16** Paz e Justiça e Instituições Eficazes
- ODS 10** Redução das Desigualdades
- ODS 2** Erradicação da Fome
- ODS 1** Erradicação da Pobreza
- ODS 8** Empregos Dignos e Crescimento Econômico

O Estado de Alagoas não dispõe de plano estratégico de desenvolvimento com visão de longo prazo.

No que se refere à infraestrutura, há diversas obras estruturantes para o desenvolvimento do Estado, financiadas com recursos federais, não concluídas. É o caso do Canal do Sertão Alagoano, que levará água do Rio São Francisco, ao longo de 250 km. Essa obra vem se prolongando por mais de vinte anos, com execução inferior à 50%. Outra obra importante é a duplicação da BR 101, que liga AL/SE/PE. Ambas obras têm sido sistematicamente objeto de fiscalizações do TCU.

## PRINCIPAIS PROCESSOS TCU

TC 013.388/2015-0, Acórdão 2.892/2015-TCU-Plenário, Relator Ministro José Múcio Monteiro; TC 020.126/2015-8, processo ainda não apreciado, Relator Ministro José Múcio Monteiro; TC 011.432/2015-2, processo ainda não apreciado, Relator Ministro Raimundo Carreiro.

## DADOS DA DELIBERAÇÃO

Acórdão: 1.827/2017-TCU-Plenário  
 Data da Sessão: 23/8/2017  
 Relator: Ministro José Múcio Monteiro  
 TC 020.126/2015-8  
 Unidade Responsável: Secex/AL